

# Lusíada



Repositório das Universidades Lusíada

## Universidades Lusíada

Pinto, Ricardo Leite, 1958-

### Nota de Abertura

<http://hdl.handle.net/11067/7773>

<https://doi.org/10.34628/P49G-1Q21>

### Metadados

<b>Data de Publicação</b>	2024
<b>Editor</b>	Universidade Lusíada Editora
<b>Tipo</b>	article
<b>Revisão de Pares</b>	Não
<b>Coleções</b>	[ILID-CEJEIA] Polis, s. 2, n. 09 (Janeiro-Junho 2024)

Esta página foi gerada automaticamente em 2025-02-23T20:33:59Z com informação proveniente do Repositório

# Nota de Abertura

Ricardo Leite Pinto

Director da POLIS

E-mail: rlp@lis.ulusiada.pt

DOI: <https://doi.org/10.34628/P49G-1Q21>

O presente número da revista POLIS acolhe, como vem sendo hábito, artigos oriundos de áreas científicas distintas mas complementares: Ciência Política, História Política, Relações Internacionais e Direito Político. A secção de Artigos abre com o actualíssimo texto de Vitalino Canas sobre o estado da Democracia no Mundo, analisando 55 eleições realizadas em 37 Países, entre Outubro de 2023 e Janeiro de 2025. A interpretação dos resultados eleitorais confronta-se e participa do debate sobre os temas que hoje ocupam o centro da discussão sobre o estado da democracia: volatilidade, populismos, fragmentação, polarização e diminuição das condições de governabilidade, progressão do autocratismo, “constitucionalismo” abusivo e papel da desinformação nas plataformas digitais e redes sociais.

Um verdadeiro e actualizado roteiro da História da Cultura Portuguesa é o que Guilherme d’Oliveira Martins nos apresenta no seu ensaio, com a densidade cultural que é típica dos seus textos. Acresce, no caso presente, uma permanente revisitação das muitas vozes que sobre o tema se têm ocupado (Orlando Ribeiro, Alexandre Herculano, José Leite de Vasconcelos, Jaime Cortesão, José Matoso e tantos outros). Assim, partindo da interrogação inicial – quem somos? – começa por assinalar o facto geográfico por referência ao Atlântico e ao Mediterrâneo, pondera o “melting pot” português, que envolve pessoas de diversas etnias e povos, concluindo com uma discussão em torno da presença do Estado Nação português, que não desapareceu, e se tornou o “mediador entre regiões, localidades e a supranacionalidade europeia”.

A História Política tem ocupado lugar relevante nas edições da POLIS. Neste caso o artigo de Joel Silva Ferreira Mata analisa o mandato inglês na Palestina e o mandato francês na Síria, ambos atravessando a I e a II Guerras Mundiais e que levaram à criação em 1948 do Estado de Israel e em 1946 da Síria. O ensaio conclui com a reflexão que parece interpretar os mais recentes acontecimentos na região: se é verdade que o sistema de mandatos tanto inglês como francês proporcionaram o surgimento de novos países independentes num espaço que antes era governado pelo Império Otomano, também gerou grande instabilidade política nessa área, instabilidade essa que se mantêm e se agudizou nos últimos anos.

José Francisco Pavia publica um texto em que estuda a realidade e o passado da cooperação entre Portugal e os EUA a propósito da defesa e segurança no Golfo da Guiné. Por um lado, trata-se de uma zona onde se situam 5 países que pertencem à CPLP e, por outro, o interesse geopolítico e geoestratégico da área em estudo e as novas ameaças que sobre ele recaem (pirataria, terrorismo, pesca ilegal e narcotráfico) tornam natural a existência de um largo consenso entre os dois países na defesa e

segurança marítimas na região do Golfo da Guiné.

O combate à desinformação digital como ameaça à democracia eleitoral, está no centro do ensaio de Nelson Cristiano Teixeira Ribeiro, que analisa, por referência ao Brexit e às eleições parlamentares na Alemanha de 2018, os mecanismos de desinformação eleitoral e quais as soluções viáveis, quer legislativas e regulamentares quer estritamente tecnológicas e educativas, para a combater.

O artigo de Flávio Bastos da Silva procura explorar e compreender a evolução do Partido Comunista da China e, em concreto, das lideranças de Hu Jintao e de Xi Jinping que visam a resiliência e a conservação da hegemonia do Partido no quadro do sistema político da República Popular da China. O texto começa por apresentar uma breve caracterização do sistema político da China, quer no aspecto formal quer funcional após o que se estudam as lideranças dos dois identificados líderes políticos.

Agrupados em torno do tema da Inteligência Artificial e dos apelidados neuro-direitos, e constituindo um dossier temático, publicam-se algumas das intervenções produzidas no Law School Summer Webinar 2024: Legal Current Issues. Assim, o texto de abertura de Filipa Paes D’Aguar, Fernanda Duarte e José A.R.L. Gonzalez discute a intersecção entre a Inteligência Artificial (IA) e a ética, a lei e os neuro-direitos, iluminando as limitações actuais da IA em comparação com a inteligência humana e acentuando a necessidade de uma regulação ética robusta que oriente o desenvolvimento e a implementação da IA.

Nessa perspectiva Pedro Clemente estuda o direito de protecção de dados pessoais, como direito fundamental de terceira geração, no seu confronto com a “irrupção da IA na vida corrente humana”.

Do domínio dos estudos de comunicação e multimédia é o ensaio de João Mesquita que analisa, a propósito de um caso concreto – o filme-*software* Estória de um Funeral – , a utilização de tecnologia de IA para a produção de “media” e o recurso a *foundations models* no processo criativo do cinema, que põe em causa o modelo actual de autoria e protecção do direito de autor.

A encerrar o “dossier”, publica-se o estudo de Guilherme S.X. Oliveira e Monique Cunha sobre o esforço da União Europeia no sentido de harmonizar a regulamentação legal que lida com a Inteligência Artificial, acentuando três aspectos: harmonização jurídica estatal ou fragmentação legal; quais os riscos que o desenvolvimento e o uso da IA acarretam para os direitos fundamentais vertidos na Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia e qual o regime sancionatório previsto no AI Harmonization Law, aprovado pelo Parlamento Europeu e que entrou em vigor em 1 de Agosto de 2024 (embora a maior parte das suas normas apenas vigore a partir de 2026).

A secção de Teses e Dissertações acolhe parte da Dissertação de Mestrado em Segurança e Justiça de João Carlos Marques Simões que tem como título “Os conflitos de água no sudeste asiático: segurança humana e a importância do Rio Mekong”.

Finalmente a habitual secção Observatório Eleitoral Internacional recolhe o registo e o comentário relativo à eleição presidencial na Finlândia de 28 de Janeiro de 2024 e de 11 de Fevereiro de 2024 e às eleições para a Assembleia da República portuguesa realizadas a 10 de Março de 2024.